

SAÚDE

Pós-Carnaval: Covid-19 pode retornar com força no Brasil alerta autoridade



Após a folia do carnaval, os casos de Covid-19 podem vir aumentar, acendendo o alerta para novas medidas de contenção e reforço nas vacinas - **Pág. 8**

EFICIÊNCIA



A nova era da saúde em Mato Grosso sob a liderança de Gilberto Figueiredo

Gilberto tem se destacado como uma liderança comprometida com a transformação e modernização da saúde pública em Mato Grosso, focando em inovação, humanização e expansão dos serviços para atender as necessidades da população - **Pág. 5**

DESPERDÍCIO TOTAL



Vereador Dídimo Vovó denuncia desperdício de alimentos enquanto professores são proibidos de comer a mesma comida dos alunos - **Pág. 4**

PROPOSTA INACEITÁVEL



Max Russi reprova a venda de produtos supérfluos em unidades prisionais e afirma que esta atitude não pode ser aceita pelos parlamentares

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB), declarou que considera inaceitável a venda de produtos supérfluos e caros nos mercadinhos das unidades prisionais do estado. O tema será discutido em uma audiência pública antes da votação do veto governamental que proibiu a operação dessas cantinas.

"Isso nós não podemos aceitar, se acharmos isso normal e relativizarmos, deixa realmente a população que está do lado de fora bastante indignada. Então, isso nós não podemos aceitar. Não é interesse da Assembleia aceitar isso, mas também qualquer ser humano, qualquer pessoa, tem que ter um tratamento digno, mesmo estando presa. O mínimo necessário tem que ser oferecido, e esse mínimo necessário o Estado tem condição de oferecer", declarou Russi nesta quarta-feira (26). **Leia mais na página 4**

"LEI ANTI-ORUAM"

Ranalli tem projeto que proíbe a contratação de artistas que fazem apologia ao crime e tráfico aprovado em 1º turno - **Pág. 5**



Foto: Divulgação

“Infelizmente, o abandono de jovens LGBTQIAPN+ é um problema significativo, e a falta de apoio da família é uma das principais razões pelas quais muitos deles acabam em situação de vulnerabilidade”

O impacto do preconceito e a realidade nas ruas

O apoio familiar desempenha um papel crucial no desenvolvimento e bem-estar dos filhos, oferecendo segurança, amor e suporte emocional. No entanto, para muitos jovens LGBTQIAPN+, o ambiente familiar pode se tornar um local de rejeição, violência verbal ou física e até mesmo abandono. Quando os pais e familiares não aceitam a identidade de gênero ou orientação sexual de seus filhos, o impacto psicológico e social é devastador. Muitas vezes, esses jovens acabam sendo forçados a viver nas ruas, enfrentando condições extremas e, em alguns casos, sendo levados ao mundo da prostituição, uma realidade que infelizmente ainda é ignorada por grande parte da sociedade.

Infelizmente, o abandono de jovens LGBTQIAPN+ é um problema significativo, e a falta de apoio da família é uma das principais razões pelas quais muitos deles acabam em situação de vulnerabilidade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que cerca de 2,9 milhões de brasileiros são LGBTs, mas a quantidade de jovens que enfrentam a rejeição familiar é ainda mais alarmante.

Em 2017, a pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo (USP) e pelo Grupo de Pesquisa em Diversidade Sexual revelou que aproximadamente 40% dos jovens LGBTQIAPN+ já haviam sido expulsos de casa ou sofreram alguma forma de rejeição por parte de suas famílias devido à sua identidade de gênero ou orientação sexual. Esse número é assustador, pois muitas dessas crianças e adolescentes são despojados de sua rede de apoio mais próxima, ficando vulneráveis a uma série de perigos sociais.

A rejeição familiar não é apenas uma questão de falta de aceitação. Ela pode gerar traumas profundos e duradouros. Em muitos casos, esses jovens enfrentam depressão, ansiedade, distúrbios alimentares e suicídio. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) apontou que, entre 2017 e 2020, cerca de 70% dos suicídios entre pessoas trans ocorreram devido à rejeição familiar e à falta de apoio.

Quando a rejeição familiar se torna insuportável, muitos jovens LGBTQIAPN+ acabam indo para as ruas. Sem teto e sem recursos, esses adolescentes e jovens adultos se veem obrigados a buscar formas de sobreviver. Muitos acabam sendo explorados, especialmente as pessoas trans, travestis e pessoas não binárias, que são vulneráveis a redes de prostituição. De acordo com a ANTRA, a prostituição é uma das alternativas de sobrevivência mais comuns entre pessoas trans, sendo uma das poucas formas de garantir renda, visto que essas pessoas enfrentam barreiras significativas no mercado de trabalho devido ao preconceito estrutural.

Uma pesquisa de 2020 da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) revelou que mais de 70% das travestis e transexuais que vivem nas ruas ou em situações de vulnerabilidade já se envolveram em alguma forma de trabalho sexual, e grande parte delas relatou que o prin-



Imagem: Criada por Kleber Simioni utilizando recursos de Inteligência Artificial da Microsoft

cipal motivo foi a falta de alternativas financeiras e a rejeição familiar. Esse número é ainda mais alarmante quando se leva em consideração que, além de estarem expostas a situações de violência, essas pessoas enfrentam uma margem estreita de oportunidades de emprego, uma vez que o preconceito no mercado de trabalho é imenso.

A rejeição familiar afeta diretamente a saúde mental desses jovens. A falta de apoio, o abandono e o estigma que enfrentam criam uma sensação de exclusão e desesperança. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem alertado sobre os impactos psicológicos da rejeição familiar em crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, que podem desenvolver graves distúrbios emocionais. As taxas de suicídio e de transtornos psicológicos entre jovens LGBTQIAPN+ que enfrentam rejeição familiar são significativamente mais altas do que entre aqueles que têm o apoio de suas famílias.

De acordo com o Relatório Anual de Direitos Humanos da Human Rights Campaign (HRC), 40% dos jovens sem-teto nos Estados Unidos são LGBTQIAPN+, com muitos deles tendo fugido de casa por causa da rejeição fa-

miliar. Embora esse dado seja referente aos Estados Unidos, a realidade no Brasil segue uma tendência semelhante. Em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, organizações não governamentais (ONGs) como a Casa 1 e a Grupo Gay da Bahia (GGB) relatam um aumento significativo no número de jovens LGBTQIAPN+ em situação de rua, cujas histórias frequentemente envolvem a rejeição de suas famílias.

É urgente a implementação de políticas públicas que proporcionem suporte para esses jovens, tanto no aspecto psicológico quanto no social e econômico. As autoridades precisam entender que a falta de apoio familiar é um dos maiores problemas enfrentados por essas pessoas, e os serviços de acolhimento e proteção à infância e adolescência precisam ser ampliados e melhor estruturados para atender essa demanda crescente.

Além disso, as ONGs que trabalham com essa população vulnerável, como a Casa 1 em São Paulo e a C.A.S.A. em Curitiba, desempenham um papel crucial na oferta de abrigo, alimentação e apoio psicológico, mas elas precisam de mais apoio e financiamento para garantir que possam continuar oferecendo assistência a essas pessoas.

Por fim, é fundamental que o governo e a sociedade como um todo promovam um ambiente de aceitação e respeito às diversidades. Isso inclui não apenas a mudança de mentalidade nas famílias, mas também em instituições educacionais, no mercado de trabalho e nos espaços públicos.

Lucas Leite,

jornalista, assessor de imprensa, social mídia e chefe de redação do COPopular

EDITORIAL

A importância de se cuidar contra a covid-19, dengue, zika e chikungunya

Em tempos desafiadores, como os que vivemos atualmente, a saúde pública tem sido uma prioridade que demanda o esforço conjunto de cada indivíduo, da comunidade e dos órgãos responsáveis. A pandemia de Covid-19 nos ensinou que o cuidado individual e coletivo é essencial para preservar a vida. No entanto, a luta contra a doença não terminou, e novas ameaças também surgem, como as arboviroses, que se proliferam com as altas temperaturas e o acúmulo de água. Portanto, o compromisso com a prevenção precisa ser constante e abrangente.

A Covid-19 continua a ser uma realidade, com novas variantes surgindo e os riscos de contágio ainda presentes. O uso de máscara, a higienização das mãos e, principalmente, a vacinação continuam a ser as principais armas contra o coronavírus. A proteção individual reflete diretamente na segurança da coletividade. Não podemos subestimar o impacto de novas ondas da doença, e a responsabilidade é de todos.

Além da Covid-19, o Brasil, e particularmente o estado de Mato Grosso, enfrenta o aumento de casos de dengue, zika e chikungunya, transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*. A combinação de chuva e calor cria o cenário ideal para a proliferação desses vírus, que trazem consigo sintomas devastadores e podem levar a complicações graves e até à morte. A prevenção das arboviroses passa pela eliminação dos focos do mosquito, uma tarefa que exige vigilância cons-

tante. Limpar os quintais, tampar caixas d'água, esvaziar recipientes e usar repelentes são ações simples que podem fazer toda a diferença na redução da disseminação dessas doenças.

No caso da zika, a situação se agrava ainda mais devido aos riscos que a doença representa para gestantes, já que a infecção pode causar microcefalia e outras malformações no feto. Portanto, o cuidado e a prevenção se tornam ainda mais urgentes.

Não podemos esquecer que a luta contra essas doenças exige consciência e ação contínua. Quando cada um de nós adota medidas preventivas, seja em relação ao coronavírus ou às arboviroses, estamos não só nos protegendo, mas também cuidando do próximo. A saúde de uma sociedade depende do engajamento de todos.

O momento de cuidado é agora. O Brasil já enfrentou desafios imensos com a pandemia de Covid-19 e, ao mesmo tempo, precisa se proteger das arboviroses. Que possamos lembrar que a saúde é um bem coletivo e que ações simples, mas consistentes, podem salvar vidas.

É necessário agir. Para nossa segurança, para o bem-estar das gerações futuras e para que possamos superar esses tempos desafiadores com saúde e dignidade. O cuidado deve ser diário e sem pausa.

EXPEDIENTE

DIRETOR
Maykon Milas**DEPTO COMERCIAL**
(65) 99692-0641**FOTOS**
Assessoria e divulgação**EDITOR DE ARTE**
Kleber Simioni**CHARGE**
Fred**PAUTA**
redacaocopopular1@gmail.com
admcopopular1@gmail.com**CIRCULAÇÃO**
Cuiabá, Várzea Grande e baixada**Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487**
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA
FOGO

Barrando a votação

Em uma nova tentativa de barrar a indicação do ex-procurador-geral de Justiça (PGJ), Deodete Cruz Júnior, para o cargo de desembargador no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), o deputado federal Emanuelzinho protocolou uma reclamação com pedido de liminar junto ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso. O parlamentar busca anular o ato administrativo do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), que oficializou a inclusão do nome de Cruz Júnior na lista quádrupla encaminhada à Corte Estadual.

A sessão que definirá os candidatos do MP para a formação da lista tríplice, que será enviada ao governador Mauro Mendes para sua livre escolha e nomeação. Emanuelzinho fundamenta sua reclamação na alegação de que o Conselho Superior do MPMT teria "ignorando" uma possível pendência envolvendo Deodete Cruz Júnior. O deputado afirma que um processo administrativo disciplinar (PAD) contra o ex-PGJ ainda não foi julgado e questiona a inclusão de seu nome na lista de candidatos. O caso segue em análise no STF.

Carnaval



Deputados de Mato Grosso se manifestaram contra o projeto de lei do vereador Rafael Ranalli, que sugere a suspensão dos investimentos públicos da Prefeitura de Cuiabá no Carnaval pelos próximos quatro anos.

O deputado Júlio Campos qualificou a proposta de "radical" e defendeu a importância econômica da festa para a capital. "Muitos estados brasileiros dependem da economia do Carnaval como um reforço significativo de caixa. Aqui, em Cuiabá, sempre tivemos a tradição do Carnaval de rua", destacou Campos. O parlamentar também criticou a proposta de Ranalli, afirmando que a ideia de suspender os investimentos por quatro anos seria inviável. "Não podemos ceder ao radicalismo. O vereador Ranalli, com todo o respeito, está sendo um pouco extremista ao querer proibir o Carnaval por tanto tempo. Para que existe a Secretaria de Cultura, eritão?", completou o deputado.

Câmaras nas salas de aula



O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), anunciou a instalação de câmeras de segurança nas salas de aula de todas as escolas municipais. A decisão foi tomada após uma recente denúncia de agressão contra um menino de 12 anos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em uma escola estadual da capital. A medida visa aumentar a segurança e garantir a proteção dos alunos nas unidades educacionais do município. "Mas todas as medidas de combate ao bullying a gente tem feito. Todos os coordenadores, secretários e diretores das escolas já têm um conhecimento amplo sobre isso. Isso já foi discutido em muitos anos, não é a primeira vez que a gente vê uma situação como essa. Eu acredito que nós temos muita responsabilidade", afirmou Brunini.

Quer transparência



A deputada federal Gisela Simona reconheceu a existência de uma relação de "chantagem" entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo no que diz respeito às emendas parlamentares. Em suas declarações, ela também defendeu a necessidade de maior transparência no direcionamento dessas emendas, ressaltando a importância de um processo mais claro e acessível à população. "É muito ruim esse jogo de chantagem entre o Congresso e o poder executivo. Em Brasília, nós temos essa situação gravíssima, desde o orçamento secreto a todas as outras fontes obscuras das emendas parlamentares. Eu sou de total acordo que tenhamos mais transparência e rastreabilidade nessa questão das emendas", explicou.

Fora do ato contra Lula



Ao contrário de outras lideranças da direita, o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini, afirmou que não irá participar da manifestação marcada para o dia 16 de março em Copacabana, no Rio de Janeiro. O protesto, encabeçado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), é contra o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Nesse momento eu não posso. Eu tenho algumas responsabilidades aqui no município, não vou poder participar", afirmou.

Pedro Taques - Ex-governador

“Engenheiro de obra pronta existe, por isso a segurança pública de Mato Grosso está falida”



A entrevista com Pedro Taques, ex-governador de Mato Grosso e figura proeminente na política estadual, revela um diagnóstico crítico sobre o atual cenário de segurança pública e gestão governamental no estado. Em um bate-papo direto, Taques não poupou palavras ao criticar a administração do governador Mauro Mendes, especialmente no que tange ao combate ao crime organizado e à gestão de recursos públicos. A conversa também abordou a sua relação com a política, a atuação em sua carreira jurídica e acadêmica, além de temas como o abandono de projetos importantes no Vale do Rio Cuiabá e as falhas em políticas públicas essenciais. Neste confronto de ideias, Taques se apresenta como um observador atento da política mato-grossense, sempre em defesa de uma gestão mais eficaz e comprometida com a segurança e o bem-estar da população.

“ Um bilhão de reais nos hospitais regionais sem qualquer licitação. Se não tem licitação, não tem contrato. Se não tem contrato, não tem fiscalização ”

■ | Lucas Leite | Da Redação

Centro Oeste Popular: Recentemente, o senhor divulgou nas suas redes sociais, uma foto com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em Brasília. O senhor tem sido bem ativo nas redes sociais e na imprensa. Esse movimento é um sinal de que o senhor está planejando voltar à política? O encontro com o vice-presidente teve algum alinhamento sobre uma possível candidatura no próximo ano?

Pedro Taques: Olha, tenho amigos! Fui a Brasília tratar de um processo, sou advogado. Há seis anos, tenho um escritório com mais três sócios, a FG e a Itaques. Sou advogado e também professor na FAIP. Fui a Brasília para resolver questões relacionadas à educação. O vice-presidente Alckmin, que é meu amigo, me chamou para tomar um café, e fui lá. Aproveitei para conversar com o Carlinhos Siqueira, que é meu amigo há mais de 20 anos. As pessoas às vezes pensam que eu só tenho adversários, mas tenho amigos em todo o Brasil. Eu nunca saí das redes sociais. Tenho Instagram, Twitter, desde quando era procurador da República, há muito tempo. Sobre as entrevistas, antes parecia que eu estava proibido de falar, ninguém me chamava. Agora, começaram a me chamar. Já tentaram me matar fisicamente na época do Arcanjo, e depois, politicamente. Mas fiquem tranquilos, estou bem vivo e acompanhando tudo o que acontece em Mato Grosso.

Centro Oeste Popular: O senhor recebeu algum convite do vice-presidente nesse encontro?

Pedro Taques: Não, não recebi convite. O Alckmin queria ouvir minha opinião sobre um tema, perguntou sobre o partido em que eu estava, e a conversa também envolveu política, mas ele não me fez nenhum convite, em absoluto. O presidente do PSB aqui é o Max Russi, que respeito muito. Aliás, Max é o político que mais cresceu em Mato Grosso nos últimos tempos. Ele tem um grande apoio, fez 15 prefeitos e 200 vereadores, e hoje tem força para disputar o governo, o Senado, a vice, o que ele desejar. Ele é um político que tem uma ascensão muito forte.

Centro Oeste Popular: A sua atuação sempre foi muito marcada pelo combate ao crime organizado. Recentemente, o senhor fez críticas ao governador Mauro Mendes sobre esse tema. Quais políticas o senhor proporia para o combate ao crime organizado em Mato Grosso?

Pedro Taques: Engenheiro de obra pronta é a pior coisa que existe, né? Vou me basear no que disse o promotor Doutor Domingó Sávio: o Mauro Mendes é um ignorante em segurança pública, não entende nada do assunto. E vou te dar um número: em 2016, Mato Grosso tinha 8.400 policiais militares. Hoje, em 2025, temos apenas 6.300 policiais. Não se combate crime organizado sem a polícia militar, sem a polícia ostensiva nas ruas. Precisamos de mais policiais nas ruas. Como é possível um Estado com tanto dinheiro guardado não contratar mais policiais? Segurança pública não pode ser apenas propaganda. Acredito que temos homens e mulheres muito bem preparados nas polícias militares, civis, Politec e polícia penal. Aliás, devo minha vida à polícia militar, já que passei 10 anos com escolta. Não comecei a combater o crime organizado ontem. Quando o crime organizado tomou conta aqui, eu estava lá, com o Ministério Público. Como governador, assumi o Estado quando uma organização criminosa estava dominando. Em relação ao atual governo, a segurança pública de Mato Grosso está falida. O governo tem um discurso de fachada. Existem bairros e cidades que estão praticamente controladas pelo crime organizado, como em Sorriso e Cuiabá. A culpa não é só das facções, é da falta de uma política pública eficiente.

Oeste Popular: O senhor afirma que é um governo feito para pessoas ricas, mas quando o dinheiro não resolve? Cidades ricas como Sorriso e Lucas do Rio Verde estão enfrentando grandes problemas de segurança. O que o governo pode fazer quando até o dinheiro parece não ser suficiente?

Pedro Taques: Lucas do Rio Verde e Sorriso são cidades ricas, mas, mesmo assim, Sorriso está entre as cidades brasileiras

com maior número de estupros, de acordo com dados do Ministério da Justiça. O governo de Mauro Mendes perdeu o controle sobre a segurança pública. Ele parece ter terceirizado a culpa, dizendo que tudo é culpa de Brasília ou das leis. Mas ele já está no governo há quase sete anos, não pode continuar colocando a culpa nos outros. Em meu governo, conseguimos reduzir os homicídios de 33 para 23 por 100 mil habitantes. Hoje, Mato Grosso está com 31 homicídios por 100 mil, um número maior que o do Rio de Janeiro. Isso é um sinal claro de falência da segurança pública. E isso tem um custo: vidas estão sendo perdidas. A culpa não é só dos criminosos, é também do governo do Estado, que não investe em políticas públicas efetivas.

Centro Oeste Popular: O senhor falou que o atual governo abandonou o Vale do Rio Cuiabá. Pode detalhar um pouco mais sobre isso?

Pedro Taques: Sim, é um governo de fachada. Ele abandonou o Vale do Rio Cuiabá e não investe nas necessidades reais da população. Por exemplo, o projeto de arborização urbana, proposto por Botelho foi vetado. A SEMA é um caos, com processos empacados e problemas ambientais graves. Mato Grosso não aderiu ao plano nacional de mudanças climáticas, o que é um erro sério. Mesmo com recursos federais, o governo atual não investe adequadamente. O Rodotel e o Hospital Júlio Müller, por exemplo, são feitos com dinheiro federal, não do governo estadual. E isso é só propaganda, não é solução real para os problemas que o estado enfrenta.

Centro Oeste Popular: O senhor acredita que o governo atual perdeu o foco nas prioridades do Estado?

Pedro Taques: Sem dúvida. O governo de Mauro Mendes tem se mostrado mais focado em propaganda do que em resultados reais. Não investiu adequadamente em saúde, segurança e educação. No meu governo, fizemos uma gestão focada em pessoas, em resolver os problemas reais da população. O atual governo perdeu o controle da segurança e não tem uma política pública eficaz. A falência é clara e quem sofre com isso é a população.

Acesse: www.grupomilas.com.br



PROPOSTA INACEITÁVEL

Max Russi reprova a venda de produtos supérfluos em unidades prisionais e afirma que esta atitude não pode ser aceita pelos parlamentares

O caso dos mercadinhos em penitenciárias tem gerado polêmica há um tempo entre a sociedade e parlamentares. O atual governador Mauro Mendes já declarou que não ira permitir que comercialize e reforça que o estado fornece alimentação e cuidados necessários

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado Max Russi (PSB), declarou que considera inaceitável a venda de produtos supérfluos e caros nos mercadinhos das unidades prisionais do estado. O tema será discutido em uma audiência pública antes da votação do veto governamental que proibiu a operação dessas cantinas.

"Isso nós não podemos aceitar, se acharmos isso normal e relativizarmos, deixa realmente a população que está do lado de fora bastante indignada. Então, isso nós não podemos aceitar. Não é interesse da Assembleia aceitar isso, mas também qualquer ser humano, qualquer pessoa, tem que ter um tratamento digno, mesmo estando presa. O mínimo necessário tem que ser oferecido, e esse mínimo necessário o Estado tem condição de oferecer", declarou Russi nesta quarta-feira (26).



Foto: ALMT

Durante uma entrevista, o deputado estadual Júlio Campos (União Brasil) afirmou que o partido União Brasil não tem nada a ver com a possível candidatura do vice-governador ao governo do Estado

A polêmica surgiu após a divulgação de um relatório da Secretaria Estadual de Justiça de Mato Grosso (Sejus), que revelou a venda de produtos ultraprocessados e ricos em gorduras e açúcares, como embutidos, sucos em pó, refrigerantes, biscoitos recheados, doces, balas, sorvetes, salgadinhos, sucrilhos, chocolates e bombons, nos mercadinhos das unidades prisionais do estado. Além disso, foram encontrados produtos de higiene pessoal e limpeza de marcas premium, como sabão em pó OMO,

detergente líquido Ipê, amaciante Comfort e Downy, sabonete Protex e desodorante Dove.

A situação foi identificada na Penitenciária Dr. Osvaldo Leite Florentino Peres, em Sinop, e em outras unidades, como o Centro de Ressocialização de Sorriso, o Centro de Detenção Provisória de Lucas do Rio Verde, o Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra e o Centro de Detenção Provisória de Cáceres. A fiscalização também constatou a ausência de controle nutricional e a falta de emissão de notas fiscais nas vendas realizadas.

Outro ponto destacado pelo relatório foi a falta de controle sobre as compras feitas pelos internos. Os alimentos não são avaliados por nutricionistas, não há limite na quantidade adquirida e foram identificadas vendas de itens como linhas e agulhas de crochê, que representam risco para a segurança nas unidades.

O deputado Max Russi defendeu a necessidade de um debate amplo antes da votação do veto governamental que proibiu o funcionamento das cantinas.

"Estamos aguardando essa audiência para esse debate. Após esse debate, vou colocar o veto para ser votado, pois acredito que é importante um debate amplo, com a participação da imprensa, de todos os envolvidos, do conselho da comunidade e de todos os atores, para podermos ter uma discussão mais abrangente", declarou.

O veto ao funcionamento dos mercadinhos foi uma decisão do governador Mauro Mendes (União), mas decisões judiciais têm permitido a reabertura das cantinas em vários municípios. O relatório da Sejus também indicou possíveis casos de sonegação fiscal, já que não há emissão de notas fiscais para os produtos vendidos, além de levantar questionamentos sobre a origem dos depósitos na conta do Conselho da Comunidade, responsável pela administração dos mercados internos.

Entre as recomendações do relatório, estão o aumento do controle sobre a origem dos depósitos, a exigência de emissão de notas fiscais e a substituição da venda de produtos de luxo por itens essenciais e mais acessíveis. O resultado da audiência pública servirá para orientar a Assembleia Legislativa sobre os próximos passos em relação ao tema.

GESTÃO HUMANIZADA

Gilberto Mello: um compromisso com a comunidade e o desenvolvimento de Chapada dos Guimarães

Com o maior número de votos dos últimos tempos, Gilberto dá continuidade à tradição política de sua família e assegura a implementação de projetos voltados para o desenvolvimento da cidade

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Gilberto Mello, vereador do Partido Liberal (PL) e figura política de destaque na Chapada dos Guimarães, tem se consolidado como um dos principais defensores do progresso e da melhoria da qualidade de vida da população local. A trajetória do parlamentar é marcada por uma série de ações e compromissos que, juntos, refletem um trabalho sério e comprometido com seus cidadãos.

Recentemente, Gilberto Mello acompanhou o prefeito Osmar Froner (UNIÃO) em uma missão estratégica para Brasília, com o objetivo de garantir recursos e apoio a projetos elétricos para Chapada dos Guimarães. A comitiva, que teve reuniões com autoridades federais, discutiu temas de grande importância, como a infraestrutura e a sustentabilidade, com destaque para um projeto habitacional e um programa de reciclagem. O vereador tem sido peça-chave na busca por soluções que melhorem a vida dos chapadenses.

Uma das ações marcantes de sua atuação parlamentar foi o ato de doar o seu primeiro salário como vereador à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Chapada dos Guimarães, uma instituição que realiza um trabalho essencial no atendimento a crianças e jovens com deficiência.

"Acredito que o nosso papel vai além da política tradicional, buscando impactar vidas e apoiar quem faz a diferença na comunidade", afirmou Gilberto em suas redes sociais.



Foto: Assessoria

Uma das ações marcantes de sua atuação parlamentar foi o ato de doar o seu primeiro salário como vereador à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Chapada dos Guimarães

A doação de R\$ 4 mil à APAE, além de representar um compromisso com o bem-estar da população, também serve de exemplo para outros cidadãos e autoridades.

Além disso, Gilberto se destacou por sua capacidade de gestão e articulação política. Como secretário de Governo da Chapada dos Guimarães, tem se dedicado à captação de recursos para obras de grande porte, como o Parque da Quineira, o Parque do Olho d'Água e o Centro de Artesanato Cultural e Gastronômico. A sua atuação em projetos voltados para o desenvolvimento social e cultural tem ganhado força, e é constantemente reconhecido pela sua visão e envolvimento para o município.

O parlamentar também foi marcado como defensor da representatividade feminina na política. Ao anunciar a saída da Câmara Municipal para assumir a Secretaria de Cultura, destacou a importância da posse da vereadora Fernanda Ferreira, ressaltando sua trajetória de luta pelas causas populares e pela igualdade.

O vereador continua sendo o mais votado da história da Chapada dos Guimarães, com 866 votos, e tem se dedicado com afinco para continuar

promovendo melhorias na cidade. Em sua posse oficial, reafirmou o compromisso com a população chapadense, destacando que seu trabalho será sempre voltado para o bem-estar de todos os cidadãos.

Filho de Apolônio Bouret de Melo, um dos primeiros prefeitos da Chapada dos Guimarães, o vereador segue os passos de seu pai e continua a tradição política da família com muito zelo. Em sua trajetória, sempre priorizou projetos voltados ao esporte, à cultura e ao desenvolvimento social, além de um trabalho constante para atrair recursos para o município e fortalecer sua economia local.

Com uma trajetória de mais de duas décadas de vida pública, Gilberto Mello continua a demonstrar ser um político comprometido com o futuro da Chapada dos Guimarães. Seu trabalho e suas ações estão marcadas que ele é, sem dúvida, um parlamentar que se dedica verdadeiramente à sua cidade e à sua gente. O próximo ciclo de sua carreira, marcado por novos desafios e oportunidades, promete continuar a trazer avanços e benefícios para toda a população chapadense.

DESPERDÍCIO TOTAL

Vereador Dídimo Vovó denuncia desperdício de alimentos enquanto professores são proibidos de comer a mesma comida dos alunos

O parlamentar aproveitou para criticar a demora da atual gestão de Cuiabá em fornecer uma resposta para solucionar o problema



Foto: Câmara de Cuiabá

O parlamentar afirmou que o projeto não sofreu modificações e que segue o parecer do FNDE, que valida a iniciativa

■ Lucas Leite e Ana Carolina Guerra | Da Redação

O vereador Dídimo Vovó (PSB) apresentou um projeto de lei que tem como objetivo garantir a alimentação para os profissionais da educação, utilizando as sobras da merenda escolar. De acordo com o parlamentar, o projeto, que inicialmente foi enviado ao Executivo, agora será discutido diretamente na Câmara Municipal de Cuiabá, após a demora na resposta do governo.

"Já tinha encaminhado para o Executivo vários projetos e demorou para trazer a resposta. Agora, com a resposta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), estou protocolando o projeto na íntegra na Câmara Municipal", explicou Dídimo, que também detalhou as modificações que o projeto sofreu.

O parlamentar afirmou que o projeto não sofreu modificações e que segue o parecer do FNDE, que valida a iniciativa, desde que o município assuma uma contrapartida para a alimentação dos professores, tornando a proposta viável sem aumentar os custos para o município.

Atualmente, Cuiabá já arca com mais de 68% dos custos da alimentação escolar, atendendo mais de 56 mil alunos da rede pública municipal. O vereador explicou que o gasto mensal com a alimentação escolar é de R\$ 2,45 milhões, sendo parte desse valor coberto pelo FNDE e o restante pelo município. O gasto anual total é de R\$ 24 milhões.

Dídimo também respondeu às críticas que surgiram sobre a necessidade de criar um espaço separado para os professores se alimentarem. Segundo

ele, essas preocupações não têm fundamento, pois o FNDE recomenda a integração entre alunos e professores durante as refeições.

"Muitos se equivocaram na votação. Acredito que a maioria dos vereadores já entendeu a importância da nossa proposta e está favorável a ela", afirmou.

Ele também informou que os dados apresentados aos vereadores são baseados na gestão atual, e não na anterior. O parlamentar destacou que a Prefeitura complementa os recursos do FNDE para garantir uma alimentação saudável aos alunos. Após analisar a situação, ele observou que o município enfrenta problemas com as sobras de merenda devido à alta taxa de absentismo dos alunos, o que resulta no descarte diário dos alimentos, que não podem ser reaproveitados pelas cozinheiras.

A proposta, que tem gerado debates entre os vereadores, será discutida em uma audiência pública para ouvir a comunidade escolar. A expectativa é que a discussão continue nas próximas semanas, com a participação de profissionais da educação, estudantes, da Secretaria Municipal de Educação e do prefeito Abílio. O objetivo é encontrar uma solução que permita aos profissionais da educação usufruírem da alimentação sem prejudicar os alunos.

"A maioria dos vereadores concorda com a proposta, e a população será ouvida para que possamos resolver esse impasse de maneira justa para todos", concluiu Dídimo.

EFICIÊNCIA

A nova era da saúde em Mato Grosso sob a liderança de Gilberto Figueiredo

Gilberto tem se destacado como uma liderança comprometida com a transformação e modernização da saúde pública em Mato Grosso, focando em inovação, humanização e expansão dos serviços para atender as necessidades da população

■ | Lucas Leite | Da Redação

Em meio a desafios constantes enfrentados pelo sistema de saúde pública em Mato Grosso, o nome de Gilberto Figueiredo tem se destacado como uma possível esperança de renovação e eficiência na gestão da saúde estadual. Com a vasta experiência acumulada ao longo dos anos, ele pode vir a ser lembrado, no futuro, como um dos secretários de Saúde mais influentes das últimas décadas.

Ao assumir a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), Figueiredo trouxe consigo o compromisso de transformar e modernizar a rede pública de saúde. Sua gestão tem se pautado por ações que buscam não só melhorar a infraestrutura hospitalar, mas também fortalecer a atenção à saúde básica. Seu trabalho se caracteriza por uma abordagem estratégica, que combina inovação, agilidade nos processos administrativos e uma intensa busca por recursos para ampliar o atendimento à população.

Sob sua liderança, o estado vivenciou uma aceleração significativa na aquisição de equipamentos, na modernização das unidades hospitalares e, mais crucialmente, na ampliação da cobertura de saúde em áreas remo-



Ao assumir a Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT), Figueiredo trouxe consigo o compromisso de transformar e modernizar a rede pública de saúde

tas, que por anos ficaram à margem dos investimentos públicos.

Outro ponto de destaque de sua gestão tem sido a ênfase na humanização do atendimento. Gilberto Figueiredo reconhece a importância de tratar o paciente com respeito e dignidade, e tem implementado tecnologias como sistemas informatizados de gestão de saúde, visando agilizar os atendimentos e reduzir os longos períodos de espera.

Frete aos desafios de atender populações ribeirinhas e indígenas, sua gestão tem sido

marcada pela busca por soluções criativas e eficientes. Em um contexto de escassez de recursos federais para a saúde, o secretário tem se mostrado hábil na articulação com diferentes esferas de governo e na atração de investimentos privados para o setor.

Para muitos especialistas, a gestão de Figueiredo tem o potencial de promover uma transformação sólida e duradoura na saúde pública de Mato Grosso. Seu trabalho atende às necessidades de uma população que não pode mais esperar por serviços de saúde de qua-

lidade. Se as tendências atuais se confirmarem, não será surpresa que, daqui a alguns anos, seu nome seja lembrado como um dos maiores responsáveis pela mudança na saúde pública do estado.

Embora o caminho para se consolidar como um dos maiores secretários de Saúde da história de Mato Grosso ainda esteja sendo traçado, o comprometimento e a visão de futuro de Gilberto Figueiredo certamente fazem dele uma das maiores promessas para o setor no estado.

“LEI ANTI-ORUAM”

Ranalli tem projeto que proíbe a contratação de artistas que fazem apologia ao crime e tráfico aprovado em 1º turno

Com 20 votos favoráveis, o projeto apresentado pelo vereador visa proibir a contratação de artistas que façam apologia ao crime, tráfico de drogas e sexualização inadequada para o público infantojuvenil, estipulando sanções para o descumprimento

■ | Lucas Leite | Da Redação

O Projeto de Lei que proíbe a contratação, pela administração pública, de artistas que promovem a apologia ao crime organizado, tráfico de drogas, uso de entorpecentes e sexualização inadequada para crianças e adolescentes foi aprovado em primeiro turno com 20 votos favoráveis. A proposta, de autoria do vereador Rafael Ranalli (PL), tem gerado ampla discussão na sociedade mato-grossense, dividindo opiniões sobre sua aplicabilidade e suas implicações culturais.

A votação que culminou na aprovação do projeto tem gerado debates em torno da liberdade artística e dos limites do papel do poder público na regulamentação da cultura e do entretenimento. Segundo o vereador Rafael Ranalli, a proposta visa garantir que recursos públicos não sejam destinados a eventos e apresentações que incentivem comportamentos prejudiciais à sociedade, especialmente quando envolvem temas como crime e drogas, que afetam diretamente a juventude.

O projeto ganhou notoriedade por trazer à tona um caso específico envolvendo o rapper Oruam, cujo nome real é Mauro Davi dos Santos Nepomuceno. O cantor, que é filho de Marcinho VP, um dos líderes do tráfico de drogas e de organizações

criminosas, tem causado polêmica pela sua relação com figuras do crime e pela sua imagem pública. Marcinho VP está preso por assassinato, formação de quadrilha e tráfico, sendo apontado pelo Ministério Público (MP) como um dos chefes do tráfico de drogas em Mato Grosso. O rapper Oruam, tem uma tatuagem em homenagem ao pai e ao traficante Elias Maluco, condenado pelo assassinato do jornalista Tim Lopes. Esses elementos de sua biografia, que se refletem em suas músicas e declarações públicas, fizeram com que o projeto de Ranalli ganhasse força, gerando apoio entre parlamentares e parte da sociedade.

Conforme o projeto, os eventos, shows e apresentações contratados pela administração pública de Cuiabá devem incluir uma cláusula explícita proibindo qualquer expressão que incentive o crime, o tráfico de drogas ou comportamentos inadequados para menores de idade. O descumprimento da lei pode resultar em sanções severas, incluindo a devolução dos recursos públicos utilizados na contratação, multas e outras penalidades administrativas, conforme a legislação vigente. A proposta visa evitar que artistas cujas mensagens possam ser

prejudiciais à moral e aos bons costumes sejam financiados com dinheiro público.

A questão sobre o conteúdo de músicas e performances, principalmente no hip hop e no rap, é um ponto sensível e polarizador. Para os críticos da proposta, o projeto seja uma forma de censura velada à liberdade artística e ao direito à expressão. "A arte sempre foi um reflexo das realidades sociais, e muitas vezes, os rappers, através de suas letras, buscam expressar a dura realidade das comunidades periféricas e das dificuldades enfrentadas por jovens em situação de vulnerabilidade social", argumenta um dos defensores do movimento artístico.

Por outro lado, a proposta de Ranalli reflete uma preocupação com o impacto negativo que certos tipos de música e discurso podem ter sobre a formação dos jovens, especialmente aqueles que estão em fases de desenvolvimento psicológico e social. O vereador acredita que, ao combater a apologia ao crime e ao uso de drogas, a cidade estará protegendo as futuras gerações de influências nocivas que podem ser glorificadas por meio da música popular.

A proposta foi recebida com aplausos por algumas lideranças políticas e movimentos co-

munitários que defendem a redução da violência e o combate ao tráfico de drogas no estado.

Em relação ao impacto no setor de entretenimento, a proposta poderá afetar, em sua aplicação, grandes festivais e eventos que são parcialmente financiados com recursos públicos. A medida pode também afetar a programação de shows e a definição de quais artistas serão contratados, criando, assim, um ambiente de maior regulamentação para a contratação de artistas no mercado cultural local.

O projeto ainda passará por mais etapas no processo legislativo e, caso seja aprovado em segundo turno, entrará em vigor, com a expectativa de que traga maior controle sobre os eventos culturais financiados com verba pública em Cuiabá.

Independentemente das divergências sobre o mérito da proposta, a discussão aberta pela Câmara Municipal reflete um tema sensível e atual na sociedade brasileira: até que ponto a arte pode ser livre de censura e, ao mesmo tempo, responsável pelos impactos que causa nas audiências, especialmente em relação ao público infantojuvenil? É uma questão que certamente continuará a ser debatida em diversos espaços e que, sem dúvida, gerará desdobramentos para o futuro das políticas culturais e de segurança pública no país.



A proposta de Ranalli reflete uma preocupação com o impacto negativo que certos tipos de música e discurso podem ter sobre a formação dos jovens

Acesse:
www.tangaraonline

 **tangara**
ONLINE.COM.BR

MULHERES NO PODER

25 anos de dedicação e empoderamento feminino, odontologista ganha destaque no mercado

Após perceber a necessidade de um atendimento excelente, abriu a sua clínica para atender com excelência, oferecendo serviços de odontologia com um toque humanizado e com um foco genuíno no bem-estar de cada paciente

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

Em um mercado historicamente dominado por homens, a Dra. Laura Neyra se destaca não apenas pela sua competência técnica, mas também pelo impacto que exerce no cenário odontológico, quebrando barreiras de gênero e demonstrando o poder feminino na profissão. Com 25 anos de experiência, ela construiu uma trajetória sólida, marcada pela especialização e pela criação de um ambiente acolhedor e humanizado para seus pacientes.

O desejo de oferecer um atendimento diferenciado foi o que impulsionou Laura a abrir sua própria clínica. "Desde o início da minha carreira, percebi a importância de criar um espaço onde as pessoas se sentissem bem-cuidadas e confortáveis. A ideia de abrir a clínica surgiu com o objetivo de proporcionar um atendimento personalizado, unindo excelência técnica com um cuidado genuíno", conta a dentista.

A jornada empreendedora não foi fácil. Além das dificuldades comuns no mundo dos negócios, como gestão financeira e burocracia, a Dra. Laura teve que conquistar a confiança de seus pacientes e construir uma base sólida de clientes. Com dedicação e perseverança, ela conseguiu superar esses desafios e consolidar sua clínica como referência em odontologia na região.

Hoje, sua clínica oferece uma gama de serviços, que vão desde a odontologia preventiva até tratamentos estéticos, como clareamento dental e harmonização facial. Também abrange especialidades como ortodontia, periodontia e implantes dentários. O grande diferencial da clínica, no entanto, está na abordagem humanizada, que coloca o bem-estar do paciente como prioridade. "A odontologia vai além dos aspectos técnicos. Trata-se de oferecer um ambiente onde as pessoas se sintam ouvidas, compreendidas e apoiadas durante todo o tratamento", afirma.



Foto: Reprodução

A clínica oferece uma gama de serviços, que vão desde a odontologia preventiva até tratamentos estéticos, como clareamento dental e harmonização facial



Dra. Laura Neyra se destaca não apenas pela sua competência técnica, mas também pelo impacto que exerce no cenário odontológico

nais especializados, ela investe constantemente em treinamento e atualização, garantindo que sua clínica esteja sempre alinhada às novas tendências da odontologia e estética. Além disso, destaca a importância de uma gestão empática e estratégica, com foco no bem-estar dos pacientes e no trabalho em equipe.

"Estabelecemos objetivos comuns e valorizamos a comunicação aberta e o reconhecimento individual, o que mantém a motivação e o comprometimento de todos", explica. Essa filosofia também se reflete no atendimento humanizado oferecido aos pacientes, abordando não apenas questões técnicas, mas também emocionais e psicológicas, criando um vínculo de confiança duradouro.

Com o olhar voltado para o futuro, a Dra. Laura planeja expandir os serviços da clínica e integrar ainda mais tecnologia, sem perder o foco no atendimento humanizado. A ampliação da equipe também está nos planos, com a inclusão de novos profissionais especializados para manter a excelência.

Além disso, ela reconhece a importância das redes sociais como ferramenta de marketing para estreitar o relacionamento com seus pacientes e expandir a visibilidade da clínica. "Usamos as plataformas digitais para compartilhar conteúdos educativos, depoimentos e resultados de tratamentos. Isso fortalece nossa presença online e atrai novos pacientes", destaca.

Ao longo desses 25 anos, a Dra. Laura Neyra se consolidou como um exemplo de mulher empreendedora e líder no setor odontológico, inspirando outras mulheres a seguir seus sonhos e conquistar seu espaço em um mercado competitivo. Sua trajetória reflete a união da paixão pela profissão, competência e visão de futuro, criando um ambiente de trabalho que é, ao mesmo tempo, uma referência em qualidade e um modelo de empatia e acolhimento.

Neste mês de março, dedicado à celebração das conquistas femininas, é essencial reconhecer o papel fundamental das mulheres em diversas áreas, incluindo a odontologia. A Dra. Laura Neyra é um exemplo claro de como a determinação e o empoderamento feminino podem transformar a realidade e deixar uma marca positiva no mundo.

ARTICULANDO

Daniel Monteiro facilita inclusão de Cuiabá no programa Alfabetiza MT

Adesão ao programa gerará economia de cerca de R\$ 15 milhões aos cofres de Cuiabá

■ I Da Redação

O vereador Daniel Monteiro (Republicanos) participou, nesta terça-feira (27), da assinatura do termo de cooperação para a implementação de programas estaduais focados na erradicação do analfabetismo em Mato Grosso. A cerimônia, realizada na Prefeitura de Cuiabá, contou com a presença do secretário de Estado de Educação, Alan Porto, da secretária municipal de Educação, Solange Dias, e do prefeito Abílio Brunini (PL).

Como presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal, Daniel Monteiro destacou a importância de garantir a alfabetização na idade certa, referindo-se a um estudo da Universidade Estadual do Ceará, que revelou que 85% das crianças que se alfabetizam adequadamente até os 7 anos têm grandes chances de ingressar na universidade, em comparação com menos de 15% das que se alfabetizam após essa idade.

"O não cumprimento da idade certa para a alfabetização pode ser visto como uma 'prisão perpétua' para essas crianças, condenando-as a um futuro sem a possibilidade de alcançar o ensino superior", afirmou Monteiro. Ele também ressaltou que a assinatura do termo é um passo histórico para Cuiabá, garantindo um futuro promissor para as crianças da cidade.



Foto: Renan Oliveira

A adesão ao programa Alfabetiza MT é uma conquista significativa para Cuiabá, que até então era o único município do estado de Mato Grosso a não integrar os programas estaduais de alfabetização. A articulação de Daniel Monteiro, ex-gestor na Secretaria de Educação de

Mato Grosso, foi fundamental para trazer o programa para a capital.

O Alfabetiza MT tem como objetivo assegurar que todas as crianças sejam alfabetizadas na idade certa. O programa prevê, além da distribuição gratuita de material didático, a capa-

A adesão ao programa Alfabetiza MT é uma conquista significativa para Cuiabá, que até então era o único município do estado de Mato Grosso a não integrar os programas estaduais de alfabetização

citação de professores, acompanhamento do desempenho dos alunos e incentivos financeiros para as escolas que alcançarem bons resultados.

O secretário de Estado de Educação, Alan Porto, reforçou que a meta do programa é reduzir, e se possível erradicar, a taxa de analfabetismo em Mato Grosso. "Cuiabá se une agora a este esforço conjunto para garantir que nossas crianças tenham um futuro melhor e mais promissor. O governo do Estado está comprometido em oferecer todo o suporte necessário para que a educação avance com qualidade", afirmou Porto.

Por sua vez, a secretária municipal de Educação, Solange Dias, destacou os benefícios do programa para a qualidade do ensino e também para a economia dos cofres públicos.

A cerimônia também contou com a presença dos vereadores Dilemario Alencar e da secretária-adjunta de Educação, Vilmara de Arruda.

QUER RESPOSTA

Deputado Barranco exige providências contra perseguição a servidores na EMPAER

■ I Da Redação

Durante a sessão na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), o deputado estadual Valdir Barranco (PT) acusou o presidente da Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER), Suelme Fernandes, de perseguir e retaliar servidores da instituição. O parlamentar exigiu ações imediatas contra o que classificou como uma gestão autoritária e omissa diante de casos de violência.

"É um absurdo que um gestor utilize seu cargo para intimidar e atacar trabalhadores e trabalhadoras que dedicam suas vidas ao fortalecimento da agricultura familiar em nosso estado! Isso não pode continuar. Estamos falando de vidas, de famílias que dependem desse trabalho! Chega de perseguição e silenciamento", afirmou Barranco, exigindo providências rápidas e eficazes.

A denúncia de Barranco ocorre em um momento de tensão dentro da EMPAER. Em janeiro deste ano, o deputado já havia encaminhado um requerimento ao Secretário de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG-MT), Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, com cópias para a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SEAF), Andreia Carolina Domingues Fujioka, e para o então Diretor-Presidente da EMPAER, Suelme Evangelista Fernandes. O documento solicitava informações detalhadas sobre uma agressão cometida pelo servidor Rodrigo de Oliveira Alvarenga contra uma funcionária da SEAF, dentro das dependências da própria Secretaria.

"A gestão da EMPAER lavou as mãos diante de um caso de violência no próprio ambiente de trabalho. Como é possível tolerar isso? Onde estão as punições? Onde está o compromisso com os direitos das mulheres? A violência contra a mulher é uma chaga social que precisa ser combatida com todo o rigor! É revoltante ver a proteção ao agressor em detrimento da vítima!", questionou Barranco, cobrando resposta imediata das autoridades.

A omissão da presidência da EMPAER também foi denunciada pelo Sindicato dos Trabalhadores

Foto: Reprodução



A denúncia de Barranco ocorre em um momento de tensão dentro da EMPAER

da Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Pública de Mato Grosso (SINTERP-MT), que exigiu uma investigação rápida e punição exemplar dos responsáveis. Segundo o sindicato, a gestão da EMPAER não só ignorou a gravidade do caso, como premiou o agressor com um novo cargo.

Barranco destacou ainda que essa não é a primeira vez que os servidores da EMPAER enfren-

tam ataques da administração estadual. Em 2021, 61 funcionários tiveram seus contratos anulados pelo governo, decisão que só foi revertida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) em 2022. "A EMPAER é um patrimônio dos trabalhadores da agricultura familiar, não um feudo onde poderosos fazem o que bem entendem!", criticou duramente o deputado.

Diante da gravidade dos fatos, Barranco protocolou um novo pedido de investigação e cobrou posicionamento imediato da SEPLAG, da SEAF e da própria Assembleia Legislativa. "O povo de Mato Grosso não aceita mais convivência com violência e perseguições! Exigimos transparência, punição e respeito aos servidores da EMPAER!", finalizou o parlamentar.

EXIGE ALTERNATIVA

Coronel Fernanda defende fim da Moratória da Soja e critica atuação de ONGs internacionais

Reação do parlamentar se dá após WWF-Brasil solicitar ao STF que rejeite o pedido do governador de MT sobre audiência de conciliação

■ I Da Redação

A deputada federal Coronel Fernanda (PL), líder da bancada de Mato Grosso no Congresso Nacional, fez duras críticas à atuação de ONGs internacionais, como a WWF-Brasil, e a partidos de esquerda, que tentam barrar o fim da Moratória da Soja. Segundo a parlamentar, essas organizações "nada sabem sobre a realidade do Brasil" e buscam prejudicar o desenvolvimento do país, especialmente o agronegócio.

A manifestação da deputada ocorreu após a WWF-Brasil solicitar ao Supremo Tribunal Federal (STF) que rejeite o pedido do governador Mauro Mendes (União) para uma audiência de conciliação sobre a lei estadual que prevê punições a empresas que aderirem à Moratória da Soja em Mato Grosso. A ONG argumenta que qualquer negociação poderia "relativizar a proteção ambiental em favor de interesses privados".

"Essas ONGs operam no Brasil a serviço de interesses externos. Juntamente com partidos de esquerda, como PCdoB, PSOL, PV e Rede, tentam destruir o nosso setor produtivo, sufocar nossa economia e inviabilizar a competitividade dos produtores brasileiros. Elas parecem trabalhar contra o povo brasileiro, sem compromisso com o desenvolvimento sustentável do país, e ignoram o nosso Código Florestal, uma das legislações ambientais mais rígidas do mundo", afirmou Coronel Fernanda.

A deputada reiterou sua posição em favor do fim da Moratória da Soja e defendeu a criação de alternativas mais justas para os produtores rurais.



Foto: Câmara Federal

"A Moratória da Soja impõe restrições injustificadas aos produtores brasileiros e desrespeita nossa legislação. Os países compradores de nossa soja não fazem distinção entre áreas desmatadas legalmente e ilegalmente, o que prejudica o setor. Precisamos de alternativas para corrigir essa distorção e garantir segurança jurídica para os produtores brasileiros", destacou.

Coronel Fernanda também lembrou que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) abriu um inquérito para investigar a Moratória da Soja, a partir de uma representação feita por ela na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. "A Moratória pode configurar infração à ordem econômica, e isso precisa ser apurado com seriedade", afirmou.

A deputada reafirmou seu compromisso em defender os produtores e o setor agropecuário brasileiro. "Não aceitaremos interferências externas que tentam barrar nosso crescimento. O Brasil tem todas as condições de ser referência em produção sustentável, e isso será feito respeitando nossa legislação, não por imposições estrangeiras", concluiu.

PL

Janaina Riva propõe atualização de lei para ampliar atendimento psicológico nas escolas de MT



Com a alteração proposta pela deputada, será mais claro, em lei, o papel dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas

■ I Da Redação

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) apresentou, um projeto de lei que propõe a adequação da Lei nº 11.035/2019, sancionada durante a pandemia, com o objetivo de garantir atendimento psicológico e psicopedagógico nas escolas públicas e privadas de Mato Grosso. A proposta visa ajustar a legislação à realidade atual das instituições educacionais e das necessidades dos alunos do estado.

A Lei Estadual de 2019 foi elaborada em conformidade com a Lei Federal nº 13.935/2019, que tornou obrigatória a presença de psicólogos e assistentes sociais nas redes públicas de educação básica, definindo mais claramente as atribuições desses profissionais. No entanto, a versão original da legislação estadual, embora tenha sido pioneira ao prever o atendimento psicológico e psicopedagógico tanto em escolas públicas quanto privadas, apresentava algumas limitações. Entre elas, a falta de detalhamento sobre o papel do serviço social e a falta de foco exclusivo nas escolas públicas, que enfrentam demandas mais críticas de suporte psicossocial devido às condições de vulnerabilidade social de muitos alunos.

Com a alteração proposta pela deputada, será mais claro, em lei, o papel dos psicólogos e assistentes sociais nas escolas. "Essa atualiza-

ção é fundamental para fortalecer a educação como ferramenta de inclusão social e combate à evasão escolar, que é um problema persistente em Mato Grosso, agravado por fatores socioeconômicos, culturais e emergenciais, como os impactos da pandemia de COVID-19", afirmou Janaina. A deputada também destacou relatos de professores que apontam o abandono escolar de muitos alunos após enfrentarem questões como violência doméstica, uso de drogas ou gravidez na adolescência. "São questões que poderiam ser suavizadas com a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, que têm capacidade de oferecer atendimento individualizado e articular redes de proteção com as famílias e órgãos públicos", completou.

A inclusão de equipes multiprofissionais nas escolas públicas, como propõe a mudança, busca responder a esses desafios. Psicólogos poderão atuar na identificação e no tratamento de transtornos emocionais, como ansiedade e depressão, que frequentemente levam ao afastamento escolar. Já os assistentes sociais poderão intervir em questões socioeconômicas, como a articulação de benefícios sociais ou a realização de visitas domiciliares para compreender a realidade dos alunos.

SAÚDE

Pós-Carnaval: Covid-19 pode retornar com força no Brasil alerta autoridade

Após a folia do carnaval, os casos de Covid-19 podem a vir aumentar, acendendo o alerta para novas medidas de contenção e reforço nas vacinas

■ | Lucas Leite | Da Redação

Após o período de carnaval, o Brasil, poderá, estão enfrentar um aumento significativo nos casos de Covid-19, reacendendo os temores de um agravamento da pandemia. Especialistas apontam que as aglomerações durante as festividades contribuíram para a rápida disseminação do vírus, que já causou milhares de mortes em todo o país desde o seu início, em março de 2020.

A pandemia da Covid-19 no Brasil começou com os primeiros casos registrados no início de 2020, quando o país ainda não estava preparado para o impacto de uma doença desconhecida. Em março daquele ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o coronavírus uma pandemia mundial, e a vida cotidiana foi alterada de maneira drástica. O número de mortos no Brasil alcançou 700 mil vítimas em 2022, enquanto Mato Grosso registrou cerca de 15 mil óbitos. Em Cuiabá, a capital do estado, mais de 2.000 pessoas perderam a vida devido ao coronavírus.

A chegada das vacinas em 2021 trouxe esperança para o controle da pandemia, com uma campanha de imunização que, ao longo do tempo, foi ampliada. No entanto, com o retorno das aglomerações durante o carnaval de 2023, os números de casos começaram a subir novamente, gerando preocupação entre as autoridades sanitárias. Em Cuiabá, os hospitais



A chegada das vacinas em 2021 trouxe esperança para o controle da pandemia, com uma campanha de imunização que, ao longo do tempo, foi ampliada

começaram a registrar aumento nas internações e casos de síndrome respiratória aguda, sintomas típicos da Covid-19.

Atualmente, o Brasil se aproxima da marca de 715.261 mortes, e Mato Grosso registra mais de 15.272 óbitos. As autoridades sanitárias orientam a população a se vacinar, usar máscaras em ambientes fechados e evitar grandes aglomerações.

O aumento dos casos pós-carnaval é um reflexo direto da falta de cuidados durante as festividades. A aglomeração em blocos de rua, festas e eventos sem medidas sanitárias adequadas foram fatores que aceleraram a transmissão do vírus. As autoridades de saúde pedem que a população se conscientize de que, apesar do avanço da vacinação, o risco da doença continua presente e a pandemia não acabou.

Em 2024, foram registrados 40 mil casos de dengue e 21.373 de chikungunya no estado. Já em 2025, apenas nos primeiros 48 dias do ano, Mato Grosso contabilizou 5.391 casos de dengue e 10.020 de chikungunya. No que diz respeito aos óbitos, houve 13 mortes confirmadas por chikungunya e uma por dengue, com outros óbitos ainda em investigação.

As principais medidas de prevenção incluem eliminar locais com acúmulo de água, tampar caixas d'água, esvaziar recipientes e descartar corretamente o lixo. Além disso, a vacinação contra dengue está disponível para crianças e adolescentes de 10 a 14 anos pelo SUS.

O secretário de Saúde, Gilberto Figueiredo, alerta para a importância da conscientização e do cuidado da população. "A luta contra o mosquito só será vencida com o empenho de todos. A população também deve estar atenta aos sintomas e buscar atendimento médico quando necessário", afirmou.

A SES também lançou o Painei Arbovírus, uma plataforma online que monitora em tempo real os casos de dengue, zika e chikungunya no estado, permitindo o acompanhamento da incidência dessas doenças em cada município.

Dengue: caracteriza-se por febre alta (acima de 38°C) de início súbito, dores musculares intensas, dor de cabeça, dor atrás dos olhos e, em alguns casos, manchas vermelhas na pele. Em situações mais graves, pode evoluir para dengue grave, com risco de vida.

Zika: apresenta febre baixa ou ausência de febre, erupções cutâneas (manchas vermelhas) acompanhadas de coceira intensa, conjuntivite sem secreção e dores nas articulações. Embora geralmente seja uma doença autolimitada, a infecção por zika durante a gestação pode causar microcefalia e outras malformações no feto.

Chikungunya: manifesta-se com febre alta de início súbito, dores intensas nas articulações (principalmente mãos e pés), dores musculares e erupções cutâneas. As dores articulares podem persistir por semanas ou meses, causando desconforto significativo.

EM MT

Deputado apresenta PL que obriga o uso de tornozeleira eletrônica para crimes de violência doméstica e maus-tratos

■ | Da Redação

Durante reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública e Comunitária o **deputado estadual Elizeu Nascimento (PL)** e presidente da comissão, apresentou um substitutivo à PL 1391/2023 que cria a obrigação dos condenados e presos provisórios pela Lei Maria da Penha a usar tornozeleiras eletrônicas que avisam a vítima quando o usuário se aproxima. O substitutivo estabelece que além dos casos de violência doméstica e feminicídio, nos crimes de maus tratos contra idosos, crianças e adolescentes seja obrigatório o uso de tornozeleira eletrônica, além de sistema de alerta.

Em entrevista o parlamentar falou sobre o cenário nacional, onde os casos de violência doméstica crescem de forma alarmante e do feminicídio ocorrido em Confresa no dia 30 de janeiro. Elizeu disse ainda que será implantado um sistema de alerta, acionado sempre que o agressor se aproximar da vítima.

“As pautas da violência doméstica e do feminicídio precisam da atenção dos parlamentares, pois está crescendo em todo Brasil. Aqui no estado não é diferente, como esquecer daquele crime bárbaro ocorrido em Confresa? Onde uma mãe foi brutalmente assassinada com golpes de faca e o filho estava no colo. Causou extrema revolta em todo país. Acreditamos que com o uso da tornozeleira eletrônica, além de um sistema de alerta que será acionado diretamente para as forças de segurança pública sempre que o

agressor se aproximar a vítima”, afirmou Elizeu.

A proposta cita ainda os casos em que idosos, crianças e adolescentes sofrerem maus-tratos. O deputado acredita que a obrigatoriedade das tornozeleiras eletrônicas vai coibir e diminuir a ocorrência desses crimes.

“Nosso objetivo é unir forças para que esses criminosos sejam punidos severamente, não podemos aceitar que idosos, crianças e principalmente as mulheres continuem tendo suas vidas ceifadas por esses monstros. Temos um projeto de lei que está em tramitação e que hoje recebeu parecer favorável, agora é trabalhar para aumentar a proteção desses grupos e não tenho dúvidas de que no futuro estaremos comemorando a queda nos índices criminais, finalizou o deputado.



Foto: ALMT

1 MILHÃO de leitores por mês

GRUPO **milas** DE COMUNICAÇÃO

Popular **tangara** **AnotíciaMT** **RESUMO**

GRUPO NA WEB

www.copopular.com.br
www.anoticiamt.com.br
www.tangaraonline.com.br
www.resumoonline.com.br

O maior portal de notícias do médio norte alcançando mais de 400 mil leitores mês.

copopular.com.br

(65) 3052-6030 / 3052-6031

GRUPO milas DE COMUNICAÇÃO

Acesse:
www.copopular.com.br